

Fertilizantes Heringer S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas,

No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A, apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.

O Core Business da Fertilizantes Heringer se baseia na aquisição de matérias primas, principalmente oriundos do mercado internacional, posteriormente industrializado e distribuído no mercado nacional.

A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2025 deve-se manter em linha com relação a 2024, mantendo cerca de 45,7 milhões de toneladas.

Em 2024, as exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 164,37 bilhões, 1,3% menos que 2023, informou o Ministério da Agricultura. Apesar da queda, este foi o segundo melhor desempenho já registrado na série histórica. As exportações do agro corresponderam a 48,8% do comercializado pelo Brasil em 2024, segundo a pasta, estável em relação ao ano anterior, de 49%.

Na avaliação da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, do Ministério da Agricultura, o desempenho das exportações agropecuárias brasileiras no ano passado foi influenciado pela queda no índice de preço dos produtos exportados, de 4,6%, parcialmente compensado pelo incremento de 3,4% no volume exportado.

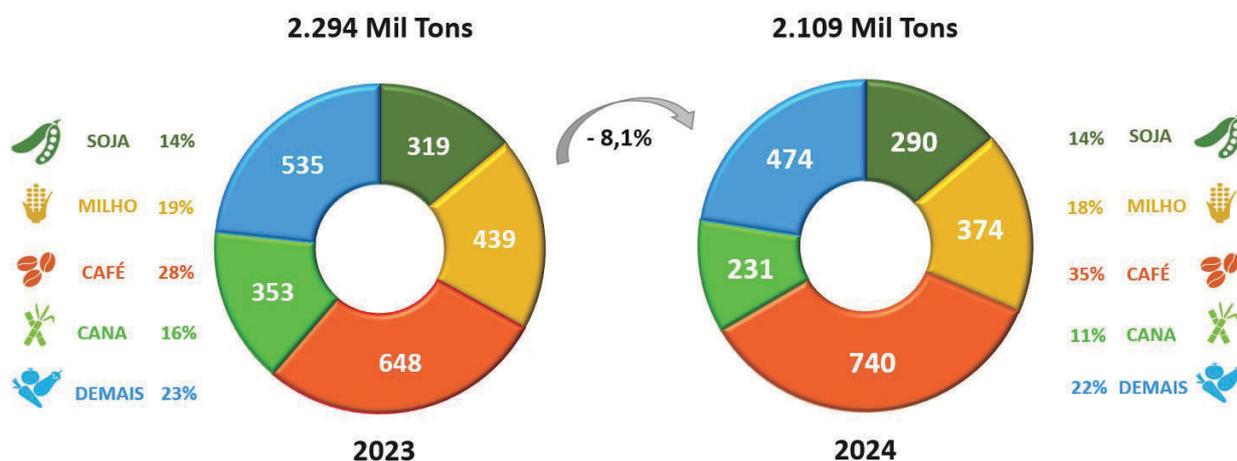
De acordo com o Ministério, a redução nas vendas do complexo soja e de cereais, consequência da menor safra brasileira e dos preços internacionais achatados, foi compensada pelo incremento das exportações de carnes (+11,4%), complexo sucroalcooleiro (+13,3%), produtos florestais (+21,2%) e café (+52,6%).

Em 2024, o PIB fechou em 3,4%, essa foi a maior taxa anual desde 2021. As variações positivas no desempenho do PIB vieram dos Serviços e da Indústria que, em comparação a 2023, cresceram 3,7% e 3,3% respectivamente. Na mesma comparação, a Agropecuária sofreu queda de 3,2%, informou o IBGE.

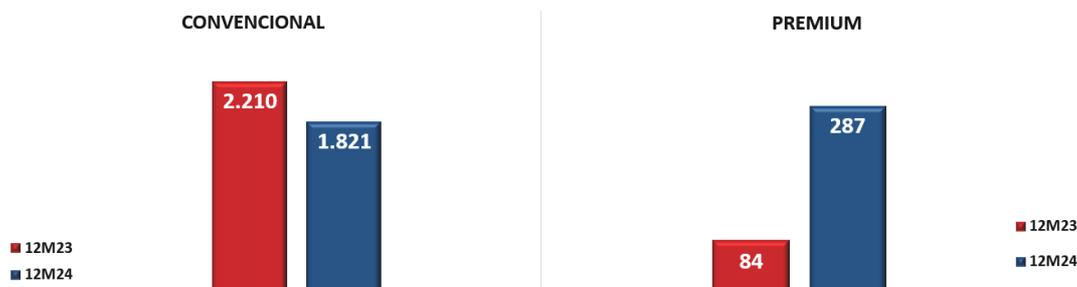


ENTREGAS - HERINGER

No ano de 2024, a Companhia teve uma redução de cerca de 8% nas entregas quando comparado ao ano de 2023, com 2,1 mil toneladas entregues de fertilizantes, principalmente em função da cultura da soja em atraso somada ao mercado de milho, ocasionando dificuldades no sistema logístico e, conseqüentemente, postergando parte das entregas do Milho 2ª Safra para 1Q25.



As entregas dos produtos premium no ano de 2024 aumentaram mais de 240% quando comparadas ao ano de 2023. A Companhia vem mantendo o foco na diferenciação e diversificação de portfólio de produtos premium, visando maior rentabilidade. Exemplo de agregação de margem no portfólio de produto premium para café, considerando lógica de captura de valor.





ECONÔMICO FINANCEIRO

Receita Líquida: Em 2024, foi de R\$ 4,608 bilhões, inferior em cerca de 14% quando comparada a de 2023, que foi de R\$ 5,335 bilhões;

Resultado Bruto: Em 2024, foi de R\$ 131,8 milhões, superior a 2023 que foi de R\$ 8,5 milhões, devido principalmente a recuperação de margens.

EBITDA: Em 2024, foi negativo em R\$ 192,1 milhões, inferior a 2023, que foi negativo em R\$ 322,1 milhões;

(R\$ MIL)	2024	% RL	2023	% RL	Δ % 24/23
Volume	2.108.896		2.294.026		-8,1%
Receita Líquida	4.608.584	100,0%	5.335.669	100,0%	-13,6%
CPV	(4.476.709)	-97,1%	(5.327.169)	-99,8%	-16,0%
Resultado Bruto	131.875	2,9%	8.500	0,2%	1451,5%
Fretes e Comissões	(119.944)	-2,6%	(151.947)	-2,8%	-21,1%
VG&A	(266.403)	-5,8%	(229.823)	-4,3%	15,9%
Outras receitas operacionais, Líquidas	1.633	0,0%	3.679	0,1%	-55,6%
EBITDA	(192.156)	-4,2%	(322.135)	-6,0%	-40,3%
Resultado Financeiro Líquido	(769.902)	-16,7%	(22.273)	-0,4%	3356,7%
Resultado Líquido	(1.154.741)	-25,1%	(361.003)	-6,8%	219,9%

Varição Cambial: Em 2024, foi negativa em R\$ 634,6 milhões, inferior à de 2023 que foi positiva em R\$ 98,6 milhões. A desvalorização de cerca de 28% do real perante ao dólar no ano de 2024, contribuiu para que o acumulado do ano encerrasse com variação cambial líquida negativa;

Demais despesas financeiras: Em 2024, foi de R\$ 74,9 milhões, inferior em 38% a de 2023, que foi de R\$ 120,9 milhões.

	2024	% RL	2023	% RL	Δ % 24/23
EBITDA	(192.156)	-4,2%	(322.135)	-6,0%	-40,3%
Despesas Financeiras	(769.902)	-16,7%	(22.273)	-0,4%	3356,7%
Variação Cambial Líquida (não realizada)	(634.651)	-13,8%	98.631	1,8%	-743,5%
Juros da RJ / Empréstimos e Demais Despesas Financeiras	(135.251)	-2,9%	(120.904)	-2,3%	11,9%
IR/CS e Depreciação	(192.683)	-4,2%	(16.595)	-0,3%	1061,1%
Resultado Líquido	(1.154.741)	-25,1%	(361.003)	-6,8%	219,9%



MERCADO CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3, a bolsa de valores do Brasil, desde abril de 2007 sob o código FHER3.

Dentre os bons fundamentos da Heringer estão um significativo potencial de atuação em um mercado crescente e competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida e amplo portfólio de produtos e gestão sólida.

DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada “Reserva de Investimentos” que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 1.169, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.



	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	39.074
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.410	4.500	1.169	271.301

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários.

Em 31/12/2024, o quadro era composto por 1.466 colaboradores diretos, distribuídos em 1.430 empregados em geral, 4 estagiários e 32 aprendizes.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.

A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, e oferecer ferramentas de trabalho. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação, transporte, plano de remuneração variável, entre outros.



CONCLUSÃO

A Administração da Heringer agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados à Companhia ao longo do ano de 2024.

No entanto, diferentemente de outros segmentos, o agronegócio brasileiro permanece operando em níveis recordes, com uma safra esperada em cerca de 328 milhões de toneladas para esse ano, onde a Companhia pode desfrutar favoravelmente de bons resultados.

Permanecemos confiantes na continuidade do desempenho positivo do agronegócio brasileiro e na manutenção de sua importância para a economia do país.

A equipe da Fertilizantes Heringer permanece focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de todos, visando oferecer sempre a seus clientes produtos e serviços de qualidade.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Fertilizantes Heringer S.A.

Paulínia – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, o valor do ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 585.508 mil. Identificamos indicadores de perda no valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme prescrito no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Administração determinou o valor recuperável com base no valor justo, líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados.

Este cálculo foi efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia e demonstrou que o valor justo líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados, é superior ao valor contábil do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024, não incorrendo, portanto, em ajuste de *impairment*.

Consideramos esse assunto significativo, uma vez que a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre o valor recuperável do ativo imobilizado envolve julgamentos e premissas que, se alterados, poderão resultar em valores significativamente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como auditoria endereçou esse assunto

Para a avaliação do valor justo líquido das despesas de venda, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria com o suporte de nossos especialistas em avaliação de ativos:

- avaliação da competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia;
- verificação da correta aplicação, pelos avaliadores externos, das metodologias e premissas definidas pela Administração da Companhia. Isso inclui, principalmente, a análise das premissas relacionadas ao valor de reposição e à vida útil econômica dos bens, para garantir que essas premissas foram adequadamente utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos imobilizados por Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras contemplam todos os aspectos exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado, assim como as divulgações realizadas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027612/F



Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Fertilizantes Heringer S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	98.405	40.932	Fornecedores	12	2.362.924	1.487.746
Contas a receber de clientes	4	217.888	538.756	Fornecedores - RJ	14	101.539	52.258
Estoques	5	1.479.327	1.070.715	Empréstimos e financiamentos	13	24.574	25.696
Tributos a recuperar	6	194.888	156.768	Empréstimos e financiamentos - RJ	14	94.734	49.577
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	76.337	72.918	Salários e encargos sociais		34.253	35.526
Outros ativos	8	190.661	323.564	Salários e encargos sociais - RJ	14	91	91
				Tributos a recolher		8.029	2.227
				Passivo de contrato	19	94.005	150.698
				Outros passivos	16	123.116	167.832
		2.257.506	2.203.653			2.843.265	1.971.651
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber de clientes	4	588	1.178	Fornecedores	12	9.962	11.973
Tributos a recuperar	6	150.636	171.118	Fornecedores - RJ	14	793.370	625.347
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	49.971	45.877	Empréstimos e financiamentos - RJ	14	400.371	308.234
Outros ativos	8	27.562	23.468	Provisão para contingências	15	73.123	67.713
Depósitos judiciais	15	18.595	19.510	Imposto de renda e contribuição social diferido	7.b	143.029	11.028
Imobilizado	10	585.508	531.110				
Intangível	11	25.530	7.549			1.419.855	1.024.295
		858.390	799.810	Total do passivo		4.263.120	2.995.946
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	17		
				Capital social		585.518	585.518
				Ajuste de avaliação patrimonial		36.004	36.609
				Prejuízos acumulados		(1.768.746)	(614.610)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(1.147.224)	7.517
Total do ativo		3.115.896	3.003.463	Total do passivo e patrimônio líquido		3.115.896	3.003.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	19	4.608.584	5.335.669
Custos dos produtos vendidos	20	<u>(4.476.709)</u>	<u>(5.327.169)</u>
Lucro bruto		<u>131.875</u>	<u>8.500</u>
Despesas e receitas operacionais			
Com vendas	20	(188.999)	(216.135)
Gerais e administrativas	20	(197.348)	(165.635)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	<u>1.633</u>	<u>3.679</u>
		<u>(384.714)</u>	<u>(378.091)</u>
Prejuízo operacional		<u>(252.839)</u>	<u>(369.591)</u>
Despesas e receitas financeiras			
Variação cambial, líquida	22	(634.651)	98.631
Despesas financeiras, líquidas	23	<u>(135.251)</u>	<u>(120.904)</u>
		<u>(769.902)</u>	<u>(22.273)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(1.022.741)</u>	<u>(391.864)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7.c	<u>(132.000)</u>	<u>30.861</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.154.741)</u>	<u>(361.003)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		<u>53.857</u>	<u>53.857</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)	18	<u>(21,4409)</u>	<u>(6,7030)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.154.741)	(361.003)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.154.741)</u>	<u>(361.003)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	<u>585.518</u>	<u>37.213</u>	<u>(254.211)</u>	<u>368.520</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(361.003)	(361.003)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(604)	604	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>585.518</u>	<u>36.609</u>	<u>(614.610)</u>	<u>7.517</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2024	<u>585.518</u>	<u>36.609</u>	<u>(614.610)</u>	<u>7.517</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(1.154.741)	(1.154.741)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(605)	605	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>585.518</u>	<u>36.004</u>	<u>(1.768.746)</u>	<u>(1.147.224)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.022.740)	(391.864)
Receitas (despesas) que não afetam o caixa:			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	4	8.137	7.168
Ajuste a valor justo - subcarteira negociada		-	(132)
Ajuste a valor presente – contas a receber	4	(9.158)	6.588
Provisão (reversão) para perdas e ajuste a valor presente nos estoques	5	(11.076)	64.228
Depreciação e amortização	10 e 11	62.123	47.456
Impairment – ativo imobilizado	10	-	14.424
Ganho na alienação do ativo imobilizado	10 e 11	16.717	(1.317)
Provisão perdas créditos tributários – ICMS	6	-	(875)
Provisão para férias, 13º salário e participação nos resultados		(827)	33.735
Provisão (reversão) para contingências, líquidas	15	5.378	9.816
Provisão de juros sobre empréstimos	13	4.083	-
Juros e ajuste a valor justo não realizado do passivo em recuperação judicial	14	201.583	103.860
Variação cambial sobre passivo em recuperação judicial	14	242.433	(61.712)
Juros e variações cambiais não realizados de importações em andamento, contas a pagar, contas a receber e de empréstimos e financiamentos		226.369	(60.519)
		(276.978)	(229.144)
Redução (aumento) nas contas de ativos			
Contas a receber de clientes	4	322.479	(177.469)
Estoques	5	(397.536)	236.900
Tributos a recuperar	6	(25.151)	(4.536)
Outros ativos	8	128.809	(45.545)
Depósitos judiciais		947	(461)
Aumento (redução) nas contas de passivos			
Fornecedores	12	646.798	244.799
Fornecedores - em recuperação judicial	14	(68.541)	(8.469)
Salários e encargos sociais		(446)	16.536
Tributos a recolher		5.802	895
Adiantamentos de clientes	19	(56.693)	10.465
Outros passivos	16	(44.716)	85.576
Variações nas contas de ativos e passivos		511.752	358.691
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13	(3.275)	(1.569)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		231.499	127.978
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(151.219)	(148.134)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(151.219)	(148.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contratação de empréstimos e financiamentos	13	133.534	93.358
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	13	(135.464)	(77.829)
Empréstimos - em recuperação judicial	14	(20.877)	(16.834)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		(22.807)	(1.305)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3	57.473	(21.461)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	40.932	62.393
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	98.405	40.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.755.122	5.583.715
Outras receitas	970	2.047
Receitas relativas à construção de ativos próprios	93.181	96.185
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(18.785)	(2.693)
	4.830.488	5.679.254
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(4.639.920)	(5.500.653)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(357.679)	(377.245)
Perda/recuperação de valores ativos	12.043	(103.217)
Outras	(4.179)	(817)
	(4.989.735)	(5.981.932)
Valor adicionado bruto	(159.247)	(302.678)
Depreciação e amortização	(62.123)	(47.456)
Valor adicionado líquido produzido	(221.370)	(350.134)
Receitas financeiras e variação cambial	187.307	225.512
Outras	(78)	519
Valor adicionado recebido em transferência	187.229	226.031
Valor adicionado total a distribuir	(34.141)	(124.103)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	120.348	119.930
Benefícios	78.736	76.624
FGTS	8.055	7.133
	207.139	203.687
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	114.039	(57.206)
Estaduais	(159.429)	(162.694)
Municipais	2.050	1.315
	(43.340)	(218.585)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros / variação cambial	938.568	228.964
Aluguéis	9.024	10.196
Outras	9.209	12.638
	956.801	251.798
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(1.154.741)	(361.003)
Total do valor distribuído	(34.141)	(124.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. (“Heringer” ou “Companhia”), com sede no município de Paulínia no estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de armazenamento, mistura e distribuição, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia opera com 12 unidades de armazenamento, mistura e distribuição (Viana/ES, Manhuaçu, Iguatama e Três Corações/MG, Candeias/BA, Ourinhos, Paulínia 1 e Paulínia 2/SP, Rio Verde/GO, Dourados/MS, Rosário do Catete/SE e Rio Grande/RS), 1 unidade de armazenamento (Catalão/GO), enquanto permanece com 2 unidades hibernadas (nas cidades de Porto Alegre/RS e Paranaguá/PR).

No dia 18 de outubro de 2024, a Companhia decidiu iniciar processo de hibernação em 2 de suas 13 plantas ativas, sendo elas: Dourados/MS e Rosário do Catete/SE. A hibernação está sendo realizada de forma gradual, com a redução progressiva de suas operações. Em 31 de dezembro de 2024, estas unidades ainda apresentaram realização de atividades de industrialização e comercialização de fertilizantes.

Ressalta-se que no estado do Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de super fosfato simples (“SSP”).

Em 28 de março de 2022, a Companhia recebeu comunicação da sua acionista controladora Heringer Participações Ltda. (“Controladora Direta”), juntamente de seus sócios, informando sobre o fechamento da operação (“Fechamento”) contemplada no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), firmado entre, de um lado, Dalton Dias Heringer, Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende (“Vendedores”) e, de outro lado, Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Compradora”), tendo como partes intervenientes-anuentes a Companhia, a Fertilizantes Tocantins S.A. (FTO) e a Controladora Direta, sociedade (i) cujas quotas são detidas inteiramente pelos Vendedores e (ii) que é titular de 27.728.139 ações ordinárias nominativas equivalentes a 51,48% do capital social total e votante da Companhia (“Ações Heringer”).

A Compradora faz parte do Grupo EuroChem Group AG (“EuroChem”) um dos líderes globais em produção de fertilizantes e um dos três principais Grupos do mundo com capacidade de fabricação dos três grupos de nutrientes primários: nitrogênio, fosfatos e potássio. O fechamento da operação fortalece ainda mais a capacidade de produção e distribuição do Grupo no Brasil, um dos mercados mais importantes de nutrientes para cultivo do mundo.

Em continuidade ao processo de aquisição da totalidade das ações da Heringer, sua controladora indireta (Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., “ofertante”), realizou em 27 de junho de 2023, leilão de oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.407 ações, representativas de aproximadamente 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que, 19% eram ações negociadas no *free float*, e o percentual de 9,5% das ações alienadas pela sociedade PCS Sales (Canada) INC. para ofertante. Cada ação foi adquirida pelo preço de R\$ 14,99 (quatorze reais e noventa e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 230.028. Após a liquidação financeira das aquisições realizadas no leilão, que ocorreu em 29 de junho de 2023, remanesceram em circulação 10.783.738 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam aproximadamente 20,02% de seu capital social. Assim, após a liquidação financeira da oferta, a ofertante passou a ser titular, direta e indiretamente, de 43.073.546 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 79,98% do capital social total da Fertilizantes Heringer S.A. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 10,02% de suas ações no *free float*.

Como amplamente divulgado pela mídia, entre o final do mês de abril e início de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por intensas chuvas, que provocaram alagamentos na maior parte de seus municípios. Embora as instalações da unidade da Companhia localizada na cidade de Rio Grande/RS, onde se encontra uma planta que está em operação, não tenham sido afetada pelas enchentes, a sua outra unidade também situada naquele estado, na cidade de Porto Alegre/RS, que já estava hibernada desde 2019, acabou sendo atingida pelos alagamentos.

A Companhia que possui seguro para suas unidades, logo após o ocorrido iniciou as tratativas necessárias para o acionamento da seguradora responsável, para obter a reparação dos danos provocados pelo alagamento, ao qual em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aguarda o laudo final da empresa terceira contratada para levantamento dos danos, e posteriormente ressarcimento do seguro, até o momento não é esperado haver prejuízo em seu desfavor.

Considerando a operação da Companhia na região Sul, que no período findo em 31 de dezembro de 2024, representou cerca de 9% de sua receita total, advinda principalmente da unidade localizada na cidade de Rio Grande/RS, que como já mencionado não foi atingida pelos alagamentos, a expectativa é de que não haja impactos financeiros e contábeis materiais a serem suportados pela Companhia, em função dos eventos climáticos ocorridos na região Sul do País.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

1.1 Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial (“RJ”). Em 28 de novembro de 2019, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, após adequações, a segunda versão do plano de recuperação judicial, que foi aprovado em Assembléia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019, e homologado pelo juízo recuperacional em 14 de fevereiro de 2020, com publicação em 19 de fevereiro de 2020.

Devido ao reconhecimento, pelo juízo recuperacional, quanto à evolução ascendente da capacidade operacional produtiva e financeira da Companhia, em 22 de março de 2022 fora proferida sentença declarando encerrada a Recuperação Judicial, concluindo a magistrada que a Companhia pode se autogerir sem a necessidade da tutela do Estado.

Ficou consignado na mencionada sentença que o trânsito em julgado ocorrerá após 90 (noventa) dias da publicação do Edital, publicação esta ocorrida em 25 de março de 2022. Desta forma, durante tal prazo poderão ser interpostos recursos pelos interessados.

Neste período foram apresentadas 4 (quatro) apelações contra a sentença de encerramento da recuperação judicial da Companhia, sendo que dois desistiram e dois tiveram seu provimento negado, mantendo-se a decisão na íntegra. Foi interposto recurso especial em 19 de março de 2024, em face do acórdão que manteve a decisão que encerrou a recuperação judicial, no qual está pendente de julgamento definitivo.

1.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Com o advento da Recuperação Judicial homologada em 14 de fevereiro de 2020 e reflexos de reestruturação da sua dívida, a Companhia obteve então uma nova estrutura de capital onde parte significativa de suas dívidas passou a ser de longo prazo, classificada no passivo não circulante.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 585.759 (capital circulante líquido positivo de R\$ 232.002 em 31 de dezembro de 2023), advindos principalmente do aumento de transações de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas e terceiros, apresentou também prejuízo líquido no montante de R\$ 1.154.741 (prejuízo líquido de R\$ 361.003 em 31 de dezembro de 2023) e fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 231.499 (positivo em R\$ 127.978 em 31 de dezembro de 2023). Com o advento deste resultado, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 1.768.746 (prejuízo acumulado de R\$ 614.610 em 31 de dezembro de 2023), acarretando patrimônio líquido negativo de R\$ 1.147.224 (patrimônio líquido positivo de R\$ 7.517 em 31 de dezembro de 2023). Apesar de apresentar prejuízo líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro bruto na ordem de R\$ 131.875 (lucro bruto de R\$ 8.500 em 31 de dezembro de 2023). Para os saldos de ativos imobilizados, devido ao resultado apurado, a Companhia identificou indicadores de *impairment*, o que resultou na necessidade de realizar análises acerca da recuperação desses ativos. As análises foram conduzidas utilizando a metodologia de valor justo menos os custos de venda, conforme demonstrado na nota explicativa 10.

A Administração da Companhia entende que as linhas de crédito que a mesma possui junto a diversas instituições financeiras e a geração de recursos durante o ano em curso, são suficientes para manutenção do negócio. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por um Grupo global, produtor de fertilizantes, conforme nota explicativa 1 e, tal fato, reforça a continuidade operacional. A Administração efetuou a análise de liquidez para as rubricas de caixa e equivalentes de caixa; contas a receber; estoques; contas a pagar e empréstimos, todas de curto prazo. A Companhia vem performando adequadamente os saldos das contas a receber de clientes; o montante apresentado como saldo de estoques encontra-se líquido de provisão para perda de realização e obsolescência na data base 31 de dezembro de 2024, tal ajuste foi realizado nas matérias-primas e produtos acabados, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização considerando a dificuldade de repasse dos custos dos estoques nas vendas; as contas a pagar para fornecedores estão centralizadas em partes relacionadas no percentual de 76%, considerando que o grupo Eurochem é um produtor de fertilizantes e vem sustentando o capital de giro da Companhia.

Neste contexto, e considerando a posição estratégica que a Companhia possui para o grupo, que leva em consideração sua presença em um mercado de extrema relevância para seus objetivos globais, e considerando ainda os importantes investimentos que vêm sendo realizados na Companhia nos últimos anos, conclui-se que o Controlador está integralmente comprometido com o prosseguimento da execução de seus planos de negócio, no qual a Companhia está inserida.

A matriz controladora, com sede na Suíça, tem apoiado o negócio no Brasil e reafirmado seu compromisso de suporte financeiro para que a Companhia continue operando com forte presença na América Latina. Assim, a presunção de continuidade operacional está também pautada no suporte financeiro e econômico da matriz. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no contexto de presunção de continuidade operacional.

1.3 Conflito Rússia – Ucrânia

Como é de conhecimento público, desde o dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou ofensiva contra a Ucrânia, gerando assim um clima de incertezas. Também como é de conhecimento público a Rússia é um importante fornecedor global de fertilizantes básicos e, tal fato, trouxe a possibilidade de escassez de fertilizantes o que resultou em uma forte especulação nos preços.

A Administração da Companhia sabendo da relevância do tema em suas operações, vem acompanhando os desdobramentos e eventuais impactos à suas operações. Todavia, vale salientar que a escassez de fertilizantes não se materializou e, contrariando as expectativas, ocorreu um forte fluxo de entrada de fertilizantes no Brasil.

A Administração continuará monitorando a evolução e os desenvolvimentos do conflito e seus impactos sobre as operações da Companhia, clientes e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ativos expostos junto aos países envolvidos no conflito, portanto nenhum impacto contábil relevante foi identificado até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2025.

2.1 Políticas contábeis materiais

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, com relação a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Isto ocorre devido a legislação societária brasileira requerer que as Companhias abertas apresentem a DVA, enquanto, que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado; (iii) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado; (iv) recuperabilidade de tributos diferidos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

	Classificação
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado

b. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

(i) Custo amortizado

Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

c. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.1 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado, a metodologia de impairment aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

2.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 15. As provisões para contingência são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados e escritórios jurídicos externos.

b. Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota explicativa 10.

c. Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de vendas. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem valores relativos à prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados pelos órgãos de governança. As premissas utilizadas pela Administração para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos consideraram os riscos normais da sua operação.

2.7 Novas normas que entraram em vigor em 2024

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros.

Não se espera que norma alterada destacada acima, tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (i) **Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de conversibilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)**
As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é conversível por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.
Nesse contexto, a conversibilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:
- a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
 - a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
 - os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.
- (ii) **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)**
Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:
- esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
 - esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
 - adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
 - atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- (iii) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)**
A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras.
- (iv) **IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

Não se espera que as normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(v) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

	Taxa média	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e recursos em conta corrente		2.222	40.932
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (i)	89% do CDI	96.183	-
		98.405	40.932

- (i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata. Por estratégia de caixa da Companhia, houve maior investimento nas aplicações financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2024.

4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Para as contas a receber de clientes que a Companhia procede com descontos de duplicatas, os mesmos, são apresentados a valor justo, uma vez que os montantes recebidos são líquidos dos custos financeiros de cada operação.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contas a receber no país (i)	264.083	587.080
Contas a receber no exterior	2.387	1.869
Ajuste a valor presente	-	(9.158)
	<u>266.470</u>	<u>579.791</u>
Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	<u>(47.994)</u>	<u>(39.857)</u>
	<u>218.476</u>	<u>539.934</u>
Circulante	217.888	538.756
Não circulante	588	1.178
	<u>218.476</u>	<u>539.934</u>

- (i) Inclui o montante de R\$ 18.749 (R\$ 143.165 em 31 de dezembro de 2023) que é decorrente de transações com partes relacionadas. A redução nos saldos de contas a receber no período findo em 31 de dezembro de 2024, referem-se principalmente as liquidações de recebimentos efetivos entre as Companhias do Grupo no Brasil (Nota 9(a)).

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, quando houve efeito relevante, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,80% (1,80% em 31 de dezembro 2023) ao mês, por meio do método do fluxo de caixa descontado. A realização do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica “Despesas financeiras, líquidas”.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo bruto das contas a receber no montante de R\$ 266.470 (R\$ 579.791 em 31 de dezembro de 2023), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
A Vencer	185.308	483.527
Até 90 dias	28.379	34.166
De 90 a 180 dias	6.189	945
Acima de 180 dias	46.594	61.153
	<u>266.470</u>	<u>579.791</u>

Em 31 de dezembro de 2024, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 28.827 (R\$ 33.592 em 31 de dezembro de 2023) encontram-se vencidas e não provisionados, pois referem-se a clientes que possuem garantias reais concedidas contratualmente. A Companhia vem buscando executar suas garantias reais, entretanto, esse processo é bastante moroso visto que depende do andamento dos processos no âmbito judicial.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Até 90 dias	9.581	8.851
De 90 a 180 dias	547	944
Acima de 180 dias	18.699	23.797
	<u>28.827</u>	<u>33.592</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa (“*impairment*”) no montante de R\$ 47.994 (R\$ 39.857 em 31 de dezembro de 2023), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
A Vencer (i)	8.940	-
Até 90 dias	3.318	3.053
Acima de 180 dias	35.736	36.804
	<u>47.994</u>	<u>39.857</u>

- (i) O saldo a vencer provisionado como perda no período findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se a valores de contas a receber que superam os valores cobertos por seguros de crédito de cliente com pedido de recuperação judicial.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, as movimentações da provisão para perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	39.857	32.690
Perdas estimadas no período	18.553	9.020
Reversão de perdas estimadas	<u>(10.416)</u>	<u>(1.853)</u>
Saldo final	<u>47.994</u>	<u>39.857</u>

5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Matérias-primas e embalagens	1.393.992	1.098.587
Importações em andamento (i)	118.061	20.259
Almoxarifado	27.949	23.620
Ajuste a valor presente	-	(2.095)
Provisão de obsolescência / marcação a mercado preços de estoques (ii)	<u>(60.675)</u>	<u>(69.656)</u>
	<u>1.479.327</u>	<u>1.070.715</u>

- (i) O aumento em importações em andamento, refere-se substancialmente a importações para atendimento as demandas de entrega do primeiro trimestre de 2025.
- (ii) Refere-se substancialmente a registro de marcação a mercado dos preços de estoques, considerando a realização a menor das margens de vendas.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, as movimentações da provisão de obsolescência e marcação a mercado dos preços do estoques foram como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	69.656	5.430
Adições	30.318	88.534
Reversões	<u>(39.299)</u>	<u>(24.308)</u>
Saldo final	<u>60.675</u>	<u>69.656</u>

6 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	197.588	194.725
Programa de Integração Social - PIS (i)	46.412	43.453
Créditos tributários adquiridos (iii)	45.011	42.911
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	42.496	34.802
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS exclusão base PIS e COFINS (i)	13.567	13.030
IRRF sobre aplicações financeiras	1.825	340
Provisão para perda de créditos tributários – ICMS (ii)	(500)	(500)
Outras provisões	(875)	(875)
	345.524	327.886
Circulante	194.888	156.768
Não circulante	150.636	171.118
	345.524	327.886

- (i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2024 é o montante de R\$ 257.567 (R\$ 251.208 em dezembro 2023) decorrente da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia ser tributada à alíquota 0 (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”). Os saldos estão sendo solicitados em sua totalidade não havendo deságio sobre o saldo solicitado.
- (ii) Os créditos de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) são decorrentes de compras de matérias-primas, assim como aquisições de serviços de transportes, e estão disponíveis para compensação com impostos a ser recolhido em decorrência das vendas da Companhia.
- (iii) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 45.011 (R\$ 42.911 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

7 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social, na extensão que sua realização seja provável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Imposto de renda a recuperar	106.632	100.095
Contribuição social a recuperar	19.676	18.700
	<u>126.308</u>	<u>118.795</u>
Circulante	76.337	72.918
Não circulante	49.971	45.877
	<u>126.308</u>	<u>118.795</u>

Os saldos decorrem de antecipações realizadas para pagamento de imposto de renda e contribuição social, ao qual a Companhia não performou lucro tributável ao final dos exercícios correntes.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic até 31 de dezembro de 2024 de R\$ 116.467 (R\$ 109.484 em 31 de dezembro de 2023), protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e dezembro de 2023, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu em conta bancária o montante de R\$ 85.605, conforme nota explicativa nº 27.

Em 4 de agosto de 2021, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança buscando assegurar o direito de não tributar, pelo IRPJ e pela CSLL, os valores reconhecidos como receita a título de atualização monetária (SELIC) incidentes sobre a recuperação de tributos, ao qual em 31 de dezembro de 2024 o montante devidamente atualizado monetariamente corresponde a R\$ 9.841 (R\$ 9.311 em 31 de dezembro de 2023). Tal montante está classificado no ativo não circulante.

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	341.293
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	5.733	5.611
Provisão para comissões sobre vendas	1.438	1.189
Provisão para contingências	26.650	24.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.571	1.804
Ajuste a valor presente	6.393	10.219
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	20.630	23.683
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão impairment – CPC01	5.005	4.904
Provisão para participação nos lucros e resultados – PLR	2.921	-
Provisão para créditos tributários	467	467
Provisão para baixa de créditos	8.198	5.311
Provisão rateio de importação	4.578	4.578
Ajuste da receita por permuta/ cut-off de receita (iv)	280.020	157.863
Variação cambial passiva a realizar (Nota 21)	188.717	861
Outras diferenças temporárias	497	600
	556.069	583.455
Passivo:		
Ajuste a valor presente	-	(901)
Ajuste a valor justo (i)	(315.034)	(352.048)
Ganhos sobre alienação de imobilizado	(73)	-
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(24.699)	(24.480)
Ajuste do custo por permuta/ cut-off de receita (iv)	(279.708)	(157.773)
Variação cambial ativa a realizar (iii)	(74.392)	(54.185)
Outras	(5.192)	(5.096)
	(699.098)	(594.483)
Líquido	(143.029)	(11.028)

- (i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 14.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (iii) Para os exercícios 2024 e 2023, a companhia adotou o regime de apuração para variações cambiais via caixa, considerando principalmente que, parte do passivo financeiro registrado em outra moeda, corresponde a saldos inscritos na recuperação judicial, ao qual não está previsto desembolsos relevantes no curto prazo, conforme Plano de Recuperação Judicial da companhia.

- (iv) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste da receita bruta em contrapartida o ajuste no CPV (ajuste do custo do produto vendido), em decorrência das operações não concluídas de permutas de matérias – primas e cut-off ocorridas no período.

c. Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.022.741)	(391.864)
Alíquota nominal dos tributos	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>347.732</u>	<u>133.234</u>
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais e subvenções	2.422	4.876
Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(482.029)	(106.665)
Outras	<u>(125)</u>	<u>(584)</u>
	<u>(132.000)</u>	<u>30.861</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(132.000)	30.861
	<u>(132.000)</u>	<u>30.861</u>

d. Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023	<u>480.920</u>	<u>(522.810)</u>	<u>(41.890)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(858)	(858)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	100.563	(70.815)	29.748
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no período	<u>1.972</u>	<u>-</u>	<u>1.972</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>583.455</u>	<u>(594.483)</u>	<u>(11.028)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2024	<u>583.455</u>	<u>(594.483)</u>	<u>(11.028)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(219)	(219)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	313.907	(104.396)	209.511
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício (i)	<u>(341.293)</u>	<u>-</u>	<u>(341.293)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>556.069</u>	<u>(699.098)</u>	<u>(143.029)</u>

- (i) A Administração efetuou a baixa do ativo fiscal diferido calculado sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, considerando a revisão das projeções de resultados da Companhia neste exercício. Essa decisão foi fundamentada em ações específicas de incorporações de empresas do grupo que estavam previstas, mas que não se concretizaram.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o registro do imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos fiscais até o limite da lucratividade projetada para os próximos anos a qual leva em consideração também o limite legal de compensação das diferenças temporárias tributáveis (limite legal de 30% de compensação).

e. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Alíquota nominal dos tributos		34%		34%
Prejuízo fiscais acumulados	2.198.006	747.322	1.026.990	349.177
	2.198.006	747.322	1.026.990	349.177

f. Prejuízos fiscais a compensar

Prejuízos fiscais a compensar não reconhecidos têm o seguinte vencimento:

	31 de dezembro de 2024	Vencimento	31 de dezembro de 2023	Vencimento
Sem prazo de prescrição	2.198.006	-	1.026.990	-

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 2.198.006 (R\$ 1.026.990 em 31 de dezembro de 2023) de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

8 Outros ativos

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Adiantamento a fornecedores (matéria-prima)	117.810	216.239
Estoque para industrialização em nosso poder	10.520	19.445
Adiantamento extraconcursal (ii)	23.129	19.058
Adiantamento a fornecedores (outros)	22.678	42.525
Compartilhamentos de gastos com colaboradores a receber (iii)	15.799	27.741
Créditos com instituições financeiras (i)	11.084	1.269
Bens destinados a venda	4.302	4.302
Adiantamento a funcionários	761	912
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros	215	3.574
Bonificações de compras	99	99
Outros	11.826	11.868
	218.223	347.032
Circulante	190.661	323.564
Não circulante	27.562	23.468
	218.223	347.032

- (i) Em virtude da Recuperação Judicial da Companhia, determinadas instituições financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas instituições financeiras e que foram dadas em garantia, estes valores referem-se a contratos de capital de giro que estão inscritos na composição da dívida em Recuperação Judicial.

- (ii) Refere-se a registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira (vide Nota 13), a qual a Companhia é coobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário, conforme consta na Nota 1.
- (iii) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros.

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Fertilizantes Heringer S.A. era controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. que detém 28,50% das ações, a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, e os 10,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles com participação superior a 5%.

Conforme Nota 1, com fechamento da operação, a Heringer Participações Ltda. foi adquirida pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. em 28 de março de 2022, transferindo os 51,48% das ações da Companhia, assim como, em 27 de junho de 2023, a mesma realizou leilão da oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.407 ações, representativas de 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

a. Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis e outras operações que estão resumidas a seguir:

Ativo	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contas a receber		
Fertilizantes Tocantins S.A (i)	6.502	141.953
OCP S.A.	659	522
Corrigo Fertilizers FZ-LLC	534	-
Eurochem Trading Middle East DMCC	451	162
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	217	172
SAFTCO S.A.	193	153
Eurochem Trading GMBH	29	182
OCP Fertilizantes S.A.	21	21
	8.606	143.165
Outros ativos		
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	10.143	5.869
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA (ii)	3.571	3.571
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	1.627	18.082
Heringer Participações LTDA (ii)	458	219
	15.799	27.741

- (i) As contas a receber com partes relacionadas, referem-se substancialmente a processo de industrialização que a Companhia realiza para Fertilizantes Tocantins S.A., nas unidades de Candeias/BA, Catalão e Rio Verde/GO. Vale salientar que as contas a receber estão diretamente relacionadas as contas a pagar devidamente registrado no passivo circulante. A redução nos saldos de contas a receber e a pagar no período findo em 31 de dezembro de 2024, referem-se principalmente as liquidações de pagamentos e recebimentos efetivos entre as Companhias, através de transações de transferências bancárias.
- (ii) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros.

- (iii) Fornecedores partes relacionadas a pagar, referente aos valores advindos das compras de fertilizantes que são utilizados no processo industrial da Companhia.

Passivo Circulante	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fornecedores		
Eurochem Trading Middle East DMCC (iii)	133.078	624.471
Corrigo Fertilizers (iii)	1.318.954	144.563
OCP S.A. (iii)	278.847	222.871
Eurochem Trading GMBH (iii)	1.414	20.026
Fertilizantes Tocantins S.A.(i)	14.632	320.369
Salitre Fertilizantes LTDA	47.672	-
Eurochem Group AG (iii)	3.378	4.865
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	594	595
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	1	-
OCP Fertilizantes	-	6.487
	1.798.570	1.344.247
Fornecedores RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	3.758	513
OCP	2.471	236
SAFTCO	456	44
	6.685	793
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	21.477	12.026
	21.477	12.026
Outros passivos		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (ii)	4.054	2.083
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	4.458	53.226
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	2.209	1.077
	10.721	56.386
Passivo não circulante		
Fornecedores - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	21.697	19.973
OCP	14.263	9.195
SAFTCO	2.631	1.696
	38.591	30.864
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	78.097	59.660
	78.097	59.660

Resultado	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receita bruta		
Fertilizantes Tocantins S.A. (iv)	146.168	70.589
Fertilizantes Tocantins S.A. (v)	271.763	228.905
	417.931	299.494
Custo sobre permuta e industrialização		
Fertilizantes Tocantins S.A. (vi)	271.763	228.905
	271.763	228.905
Outras receitas operacionais		
OCP Fertilizantes S.A.	5	9
Fertilizantes Tocantins S.A.	5	-
Heringer Participações LTDA	14	-
	24	9
Outras (despesas) receitas		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (ii)	(1.949)	1.488
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	(29.285)	(35.144)
Heringer Participações LTDA (ii)	118	219
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	3.266	4.791
	(27.850)	(28.646)
Despesas financeiras		
Juros recuperação judicial		
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA	(4.016)	(21.269)
OCP	(1.742)	(1.457)
SAFTCO	(321)	(269)
	(6.079)	(22.995)
Compras		
Corrigo fertilizers FZ-LLC	1.311.463	-
Eurochem Trading Middle East DMCC	196.210	349.890
Fertilizantes Tocantins S.A.	312.232	156.719
Salitre Fertilizantes LTDA	44.979	-
OCP Fertilizantes LTDA	790	15.611
	1.865.674	522.220

- (iv) Receita com vendas de fertilizantes realizada com a parte relacionada Fertilizantes Tocantins S.A.
- (v) Referem-se substancialmente a receita de industrialização e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A. , saldo este ajustado e eliminado no resultado.
- (vi) Referem-se a custos relacionados à industrialização por encomenda e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A., saldo este ajustado e eliminado no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou transações de compras com partes relacionadas, incluindo a aquisição de produtos da OCP S.A e das subsidiárias da controladora Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., nos montantes destacados acima, com prazos de pagamento estendidos em relação àqueles praticados em condições de mercado. Os saldos dessas transações no balanço patrimonial incluem R\$ 1.798.570 em contas a pagar.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total da remuneração do pessoal chave da Administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Salários e encargos	7.139	2.267
Honorários dos administradores	682	1.604
Participação nos lucros	299	-
Rescisão de contrato	946	1.188
Outros	554	111
	<u>9.620</u>	<u>5.170</u>

10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	<u>Taxas de depreciação - % ao ano</u>	
	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	0,25
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	14,99
Outros	De 10 a 50	25,17

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2023	66.340	297.599	119.122	(55.169)	24.300	452.192
Aquisições	-	46	756	21.787	132.553	155.142
Baixas	-	(50)	(777)	(15.727)	(1.011)	(17.565)
Depreciação	-	(14.193)	(26.623)	(3.419)	-	(44.235)
Transferências	-	28.814	83.309	10.232	(122.355)	-
Impairment – CPC01	-	-	(14.424)	-	-	(14.424)
Em 31 de dezembro de 2023	66.340	312.216	161.363	(42.296)	33.487	531.110
Em 1º de janeiro de 2024	66.340	312.216	161.363	(42.296)	33.487	531.110
Aquisições	-	-	425	5.186	124.592	130.203
Baixas	-	(424)	(1.125)	(12.674)	(414)	(14.637)
Depreciação	-	(16.107)	(38.052)	(7.009)	-	(61.168)
Transferências	-	12.487	69.719	70.703	(152.909)	-
Em 31 de dezembro de 2024	66.340	308.172	192.330	13.910	4.756	585.508
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	66.340	445.338	493.868	53.727	33.487	1.092.760
Depreciação	-	(133.122)	(332.505)	(96.023)	-	(561.650)
Valor residual líquido	66.340	312.216	161.363	(42.296)	33.487	531.110
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	66.340	477.406	587.042	51.810	22.932	1.205.530
Depreciação	-	(169.234)	(394.712)	(37.900)	(18.176)	(620.022)
Valor residual líquido	66.340	308.172	192.330	13.910	4.756	585.508

Em 31 de dezembro de 2024, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (i) adequação em edifícios e construções nas unidades de Paulínia – SP; Três Corações – MG e Viana – ES, e, (ii) reforma maquinários que aumentaram a vida útil dos bens para as unidades de Candeias – BA, Paulínia – SP e Viana – ES.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 302.050 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 280.465 em 31 de dezembro de 2023), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de financiamentos.

Testes do ativo imobilizado para verificação de *impairment*

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somados à paralisação de certas unidades produtivas (Nota 1.1), a Administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024:

	Unidades em operação	Unidades Hibernadas	Total
Ativo imobilizado	484.641	100.867	585.508

O valor recuperável das UGCs das unidades da Companhia é determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor justo líquido de despesa de vendas dos ativos para todas as unidades da Companhia.

A avaliação do valor justo líquido das despesas de venda foi feita por meio do método comparativo de dados de mercado e quando na impossibilidade deste, foi aplicado o método de custo.

Método comparativo de dados de mercado: Método de avaliação que consiste na comparação de dados de mercado, relativos a outros bens de características idênticas ou similares ao bem a ser avaliado.

Método do custo: Método do custo é aquele em que o valor dos bens resulta de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros iguais ao bem a ser avaliado (custo de reprodução) ou equivalente a avaliação do valor justo líquido da despesa de venda pelos métodos descritos acima é considerada Nível 2 na hierarquia de valor justo visto que foram obtidos a partir de dados de mercado observáveis, a partir de preços em transações observadas envolvendo bens comparáveis (ou seja, similares) em locais similares.

Máquinas, equipamentos industriais

O valor justo das máquinas e equipamentos, foi determinado através da comparação direta com outros bens de características iguais ou similares ao bem avaliando ofertados para a venda no livre mercado, considerando-se as informações obtidas durante a vistoria.

Na inexistência dessa possibilidade de cotação, foi determinado para o bem avaliado, o custo de reposição novo, através de pesquisa junto a fornecedores, revendedores, representantes e fabricantes, ou atualização do valor de aquisição contábil pelo IGPM-FGV; ou ainda por banco de dados próprio e atualizado, a esse valor de novo, foi aplicado o método de depreciação técnica “Curva de Iowa L2”, de acordo com as informações técnicas obtidas durante a vistoria, tais como idade aparente, estado de conservação, grau de manutenção realizada e nível de obsolescência, e assim, determinado o valor justo.

Terrenos, edifícios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas afins, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas. Para a determinação do valor da edificação foram considerados os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o teste de *impairment* – CPC01 – Redução ao valor recuperável pelo método de alienação a valor justo, deduzindo as despesas para alienação como fretes e comissões, ao qual constatou-se um *impairment* sobre a classe de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 14.424. Em 31 de dezembro de 2024, o cálculo foi efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia e demonstrou que o valor justo líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados, é superior ao valor contábil do ativo imobilizado, não incorrendo, portanto, em ajuste de *impairment*.

11 Intangível

O ativo intangível apresenta movimentação como segue:

	Software	Direito de uso	Marcas e Patentes	Outros	Intangível em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2023	3.556	-	-	2.897	-	6.453
Aquisições	1.311	-	-	-	-	1.311
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(215)	-	-	-	-	(215)
Em 31 de dezembro de 2023	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Em 1º de janeiro de 2024	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Aquisições	17.347	-	-	-	3.669	21.016
Baixas	-	-	-	-	(2.080)	(2.080)
Amortização	(955)	-	-	-	-	(955)
Transferências	1.146	-	-	-	(1.146)	-
Em 31 de dezembro de 2024	22.190	-	-	2.897	443	25.530
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	22.026	57	34	2.897	-	25.014
Amortização	(17.374)	(57)	(34)	-	-	(17.465)
Valor residual líquido	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	40.519	57	34	2.897	443	43.950
Amortização	(18.329)	(57)	(34)	-	-	(18.420)
Valor residual líquido	22.190	-	-	2.897	443	25.530

12 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contas a pagar no país	171.284	140.492
Contas a pagar com partes relacionadas no país (nota 9)	62.899	327.451
Contas a pagar no exterior (i)	403.032	14.980
Contas a pagar com partes relacionadas no exterior (i) (nota 9)	<u>1.735.671</u>	<u>1.016.796</u>
	<u>2.372.886</u>	<u>1.499.719</u>
Circulante	2.362.924	1.487.746
Não circulante	<u>9.962</u>	<u>11.973</u>
	<u>2.372.886</u>	<u>1.499.719</u>

- (i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores terceiros no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2024, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 247.931 foi considerado como extraconcursal na Recuperação Judicial e está apresentado no passivo circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a valores a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou transações de compras com partes relacionadas, incluindo a aquisição de produtos da OCP S.A. e das subsidiárias da controladora Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., nos montantes destacados acima, com prazos de pagamento estendidos em relação àqueles praticados em condições de mercado. Os saldos dessas transações no balanço patrimonial incluem R\$ 1.798.570 em contas a pagar.

13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Data de Vencimento	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Capital de giro (i)	TR + 4% a.a.	30/11/2025	TR + 4% a.a.	23.129	19.058
Convênio produtor rural	15,60% a.a.	30/09/2025	15,60% a.a.	<u>1.445</u>	<u>6.638</u>
				<u>24.574</u>	<u>25.696</u>
Circulante				<u>24.574</u>	<u>25.696</u>
				<u>24.574</u>	<u>25.696</u>

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a Companhia reconheceu empréstimos ao qual é coobrigada a pagar, em caso de eventual inadimplência.

(ii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Período findo em:	2024	2025	Total
31 de dezembro de 2024	-	24.574	24.574
31 de dezembro de 2023	25.696	-	25.696

(iii) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Capital de giro	Convênio produtor rural	Total
Em 1º de janeiro de 2023	4.694	7.042	11.736
Captações	86.720	6.638	93.358
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(70.787)	(7.042)	(77.829)
(-) Pagamento de juros	(1.569)	-	(1.569)
Em 31 de dezembro de 2023	19.058	6.638	25.696
Em 1º de janeiro de 2024	19.058	6.638	25.696
Captações	132.089	1.445	133.534
(-) Pagamento de principal	(128.827)	(6.638)	(135.465)
(-) Pagamento de juros	(3.275)	-	(3.275)
Provisão de juros	4.084	-	4.084
Em 31 de dezembro de 2024	23.129	1.445	24.574

14 Dívidas inscritas na Recuperação judicial

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembléia geral de credores ocorrida em 03 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da Recuperação judicial foram novados, passando a vigorar as condições apresentadas no Plano de recuperação judicial, conforme determina a Lei 11.101/2005. Conseqüentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à Recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9). A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, conforme determina as práticas contábeis.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação judicial totaliza o montante de R\$ 1.390.105 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.035.507 em 31 de dezembro de 2023), com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fornecedores - RJ		
Classe II – Garantia Real	97.131	86.526
Classe III – Quirografários	795.622	588.923
Classe IV – Quirografários EPP/MP	2.156	2.156
	894.909	677.605
Circulante	101.539	52.258
Não circulante	793.370	625.347
	894.909	677.605
Empréstimos - RJ		
Classe II – Garantia Real	186.520	156.842
Classe III – Quirografários	308.585	200.969
	495.105	357.811
Circulante	94.734	49.577
Não circulante	400.371	308.234
	495.105	357.811
Salários e encargos sociais		
Classe I – Trabalhista	91	91
Circulante	91	91
	1.390.105	1.035.507

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

Opção de Pagamento	Classe I	Classe II		Classe III			Classe IV		Total
	Trabalhista	Garantia Real		Quirografários			Quirografários EPP/MP		
	Única	Opção 1	Opção 2	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	
Em 1º de janeiro de 2023	99	247.703	-	203.597	33.378	531.320	959	1.613	1.018.669
Variação Cambial do período	-	(7.768)	-	(14.295)	(2.343)	(37.305)	-	-	(61.711)
Juros Incorridos	-	17.762	-	29.287	4.801	76.428	279	469	129.026
(-) Pagamentos Realizados	-	(14.329)	-	(5.421)	(833)	(28.650)	(1.151)	(13)	(50.397)
Ajustes / Transferências	(8)	-	-	-	(72)	-	-	-	(80)
Em 31 de dezembro de 2023	91	243.368	-	213.168	34.931	541.793	87	2.069	1.035.507
Em 1º de janeiro de 2024	91	243.368	-	213.168	34.931	541.793	87	2.069	1.035.507
Variação Cambial do período	-	42.439	-	51.637	7.892	140.465	-	-	242.433
Juros Incorridos	-	25.765	-	45.575	6.965	123.974	151	1.013	203.443
(-) Pagamentos Realizados	-	(27.904)	-	(13.620)	(453)	(46.276)	(1.159)	(6)	(89.418)
Ajustes / Transferências	-	-	-	64	(1.924)	-	1.707	(1.707)	(1.860)
Em 31 de dezembro de 2024	91	283.668	-	296.824	47.411	759.956	786	1.369	1.390.105

Os vencimentos finais das dívidas inscritas na recuperação são como seguem:

Prazo de pagamento	Classe I	Classe II		Classe III			Classe IV		Total
	Trabalhista	Garantia Real		Quirografários			Quirografários EPP/MP		
	Única	Opção 1	Opção 2	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	
Vencimento final	dezembro/2020	dezembro/2029	dezembro/2040	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2040	
Em 31 de dezembro de 2024	91	283.668	-	296.824	47.411	759.956	786	1.369	1.390.105

Os valores constantes como vencidos na classe I – trabalhista, referem-se a pagamentos que foram efetuados a ex-colaboradores com saldos habilitados na recuperação judicial, que foram devolvidos em função de incorreções em suas contas bancárias.

15 Provisão para Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a provisão para contingências é composta como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	5.753	1.624
(-) Depósitos judiciais	<u>(1.718)</u>	<u>(1.603)</u>
	4.035	21
Trabalhistas e previdenciárias (a)	60.115	50.907
(-) Depósitos judiciais	<u>(3.524)</u>	<u>(3.672)</u>
	56.591	47.235
Cíveis e ambientais	12.514	20.473
(-) Depósitos judiciais	<u>(17)</u>	<u>(16)</u>
	12.497	20.457
Total da provisão para contingências	78.382	73.004
(-) Depósitos judiciais	<u>(5.259)</u>	<u>(5.291)</u>
	73.123	67.713

- (a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(i) Movimentação da provisão para contingências

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	73.004	62.218
Constituição (reversão) de provisões	5.605	3.835
Atualização monetária	<u>(227)</u>	<u>6.951</u>
Saldo final	78.382	73.004

(ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Tributários e administrativos	15.650	16.165
Cíveis e ambientais	1.903	1.843
Previdenciários	2.705	3.024
Trabalhistas	<u>3.597</u>	<u>3.769</u>
	23.855	24.801
Classificados como redutores da provisão para contingência	<u>(5.259)</u>	<u>(5.291)</u>
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	18.596	19.510

(iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Tributárias e administrativas (i)	197.419	182.914
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	21.699	27.958
Cíveis e ambientais (iii)	19.734	22.000
	<u>238.852</u>	<u>232.872</u>

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito na Nota 6, no montante de R\$ 169.397. Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 23.970, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é “possível”, portanto, nenhuma provisão foi constituída.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.
- (iii) As ações cíveis e ambientais – com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica – estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá.

(iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá – PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá – PR.

No que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em estrito cumprimento à determinação da sentença, a Companhia vem conduzindo o processo de licenciamento ambiental, sendo que em julho de 2019 a Companhia protocolou o EIA/RIMA no órgão ambiental competente (IAT – Instituto Água e Terra), bem como submeteu o referido estudo de impacto ambiental à audiência pública realizada em dezembro de 2019. Atualmente o processo de licenciamento encontra-se em análise pelo órgão competente visando a emissão da Licença Prévia.

Em dezembro de 2020 foi publicado acórdão (“TRF4”) que julgou as apelações da Companhia e do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo negado o apelo das partes. Em face do acórdão proferido, as partes opuseram embargos de declaração. Em agosto de 2021 foi proferido acórdão (“TRF4”), que negou provimento aos Embargos de Declaração opostos pelas partes. Em face do acórdão que negou provimento aos recursos de apelação das partes a Companhia interpôs Recurso Especial em 16 de setembro de 2021, o qual foi proferida decisão em 10 de janeiro de 2022 admitindo o recurso especial interposto. Atualmente o aguarda-se pela remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento. No período findo em 31 de dezembro de 2024 não houve mudanças no processo.

(v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 45.011 (R\$ 42.911 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

16 Outros Passivos

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Demurrage a pagar	51.708	37.192
Custo de importação a pagar	32.083	53.937
Compartilhamento de gastos (ii)	10.722	56.386
Provisão de comissões	4.229	3.497
Representantes comerciais a pagar	106	19
Outras contas a pagar (i)	24.268	16.801
	<u>123.116</u>	<u>167.832</u>
Circulante	123.116	167.832
	<u>123.116</u>	<u>167.832</u>

(i) Refere-se a valores para pagamentos a assessores externos, que auxiliam a Companhia no processo de Recuperação Judicial.

(ii) Refere-se ao registro de contas a pagar para partes relacionadas, referente a despesas com colaboradores que prestam serviços entre companhias do mesmo grupo econômico, conforme nota 9.

17 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

a. Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R\$ 585.518, e está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

c. Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 1.169, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2024, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	39.074
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.410	4.500	1.169	271.301

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

18 Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valores por ação):

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(1.154.741)	(361.003)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária – R\$	(21,4409)	(6,7030)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

19 Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB (“Free on Board”), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF (“Cost, Insurance and Freight”), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Vendas brutas de produtos	4.766.847	5.487.397
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Impostos sobre as vendas	(147.707)	(134.669)
Devoluções das vendas	(14.556)	(21.032)
Perda esperada nos recebimentos das vendas	(2.831)	(678)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	647	2.144
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	522	2.507
	<u>4.602.922</u>	<u>5.335.669</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresenta a seguinte distribuição regional da receita operacional:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Regiões		
Sudeste	2.850.180	3.013.510
Norte-Nordeste	916.977	1.040.441
Centro-Oeste	433.152	913.295
Sul	408.275	368.423
	<u>4.608.584</u>	<u>5.335.669</u>

Passivo de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivos de contrato	<u>94.005</u>	<u>150.698</u>
	<u>94.005</u>	<u>150.698</u>

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela aquisição de fertilizantes, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo. Isso será reconhecido como receita à medida em que a obrigação de performance seja satisfeita, o que é atendido quando o cliente obtém o controle do produto.

20 Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Matérias-primas e materiais de produção	4.284.339	5.110.957
Despesas com transporte	111.752	126.221
Despesas com pessoal (Nota 24)	221.985	211.096
Depreciação e amortização	60.683	47.456
Despesas comerciais	44.839	39.401
Arrendamentos mercantis operacionais	1.976	960
Participação nos resultados (Nota 24)	8.590	17.205
Despesas com consultorias	13.464	4.711
Despesas com publicidade	1.257	712
Outros gastos (i)	114.171	150.220
	<u>4.863.056</u>	<u>5.708.939</u>
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	4.476.709	5.327.169
Despesas com vendas	188.999	216.135
Despesas gerais e administrativas	197.348	165.635
	<u>4.863.056</u>	<u>5.708.939</u>

- (i) Provisão nas matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização considerando a dificuldade de repasse dos custos do estoque nas vendas.

21 Outras receitas (despesas) operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu Outras Receitas (Despesas) Operacionais, aos quais a abertura está abaixo apresentada:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Tributos federais sobre “Outras Despesas”	(1.872)	(1.083)
Perda na alienação de ativos imobilizados	(80)	(3)
Multas Diversas	(347)	(670)
Deságio sobre vendas de ICMS	-	(229)
Outras despesas operacionais	-	(1.334)
	(2.299)	(3.319)
Bonificação de Compras	-	100
Ganhos com alienação de Ativos	216	1.320
Outras Receitas Operacionais (i)	3.716	5.578
	3.932	6.998
	1.633	3.679

- (i) Refere-se basicamente ao registro de receitas com *Despatch* (otimização no processo de descarga de navios), assim como, reconhecimento de passivos não realizáveis registrados no balanço patrimonial da Companhia, anteriores ao pedido de recuperação judicial, dos quais não foram listados no Plano de Recuperação Judicial.

22 Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em “Despesas financeiras, líquidas”.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Variação cambial ativa	102.742	152.615
Variação cambial passiva (i)	(737.393)	(53.984)
	(634.651)	98.631

- (ii) A variação cambial do dólar entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 teve impactos significativos no resultado da Companhia. A volatilidade da moeda americana afetou diretamente as dívidas inscritas na recuperação judicial no montante de R\$ 242.433, assim como os saldos a pagar em dólar para fornecedores de matérias-primas importadas no montante de R\$ 392.218.

Devido à apreciação do dólar, houve um aumento no valor das dívidas denominadas em moeda estrangeira, o que resultou em maiores encargos financeiros registrados no período. Esse aumento nas obrigações financeiras impactou negativamente o resultado financeiro da Companhia. Além disso, os fornecedores de matérias-primas importadas também foram afetados, com a elevação dos custos de aquisição refletindo-se nas despesas operacionais.

Para mitigar os impactos cambiais nos próximos anos, a Administração está considerando a implementação de uma política de hedge. Esta estratégia visa proteger a Companhia contra a volatilidade cambial, assegurando uma maior previsibilidade dos custos e das obrigações financeiras em moeda estrangeira.

23 Despesas financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Despesas financeiras		
Juros incorridos sobre as dívidas inscritas na Recuperação judicial	(203.511)	(129.232)
Juros sobre passivos financeiros	(4.095)	(13.345)
Despesas com ajustes a valor presente	(20.522)	(9.005)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(9.714)	(24.086)
Descontos concedidos	(8.663)	(11.421)
Despesas com ajustes a valor justo	(357)	(726)
Variações monetárias passivas	(919)	(5.987)
	<u>(247.781)</u>	<u>(193.802)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com ajustes a valor presente	50.758	51.701
Variações monetárias ativas	13.994	13.004
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	39.048	5.648
Receitas com ajuste a valor justo	357	857
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.373	1.688
	<u>112.530</u>	<u>72.898</u>
	<u>(135.251)</u>	<u>(120.904)</u>

24 Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ordenados e salários	98.027	95.383
Benefícios adicionais (i)	41.457	67.111
Compartilhamento de gastos	27.850	28.645
Custos de previdência social	24.290	25.062
Benefícios previstos em Lei	17.261	16.616
Indenizações	13.100	7.194
	<u>221.985</u>	<u>240.011</u>
Participação nos resultados	8.590	17.205
	<u>230.575</u>	<u>257.216</u>

- (i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio, alimentação e programa de participação nos resultados.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

31 de dezembro de 2024			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	-	218.477	218.477
Depósitos judiciais	-	45.974	45.974
Dep. Judiciais, redutor da provisão contingência	-	18.595	18.595
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	5.260	5.260
	-	386.711	386.711

31 de dezembro de 2024		
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimo e financiamentos RJ	(495.105)	(495.105)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores RJ	(894.909)	(894.909)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)
	(3.871.448)	(3.871.448)

31 de dezembro de 2023			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	40.932	40.932
Contas a receber de clientes	-	539.934	539.934
Depósitos judiciais	-	19.510	19.510
Dep. Judiciais, redutor da provisão contingência	-	5.291	5.291
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	51.553	51.553
	-	657.220	657.220

31 de dezembro de 2023		
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(25.696)	(25.696)
Empréstimo e financiamentos RJ	(357.811)	(357.811)
Fornecedores	(1.499.719)	(1.499.719)
Fornecedores RJ	(677.605)	(677.605)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(92.141)	(92.141)
	(2.652.972)	(2.652.972)

Considerando que as operações possuem vencimento de curto prazo, que as taxas de remuneração dos contratos estão próximas às taxas de mercado, livres de risco do Brasil, adicional a taxa de risco da própria Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o valor justo dessas operações equipararam-se ao valor contábil, devido ao cenário econômico, taxa de juros e câmbio. Em 31 de dezembro de 2024, devido a mudança deste cenário econômico, a Companhia divulgou o valor justo do instrumento financeiro.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	218.477	218.477
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	45.974	45.974
Depósitos judiciais	18.595	18.595
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.260	5.260
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(495.105)	(478.175)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores – RJ	(894.909)	(864.307)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)
	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	40.932	40.932
Contas a receber de clientes	539.934	539.934
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	51.553	51.553
Depósitos judiciais	19.510	19.510
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.291	5.291
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(25.696)	(25.696)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(357.811)	(357.811)
Fornecedores	(1.499.719)	(1.499.719)
Fornecedores – RJ	(677.605)	(677.605)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(92.141)	(92.141)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide nota 12 para mais detalhes.

Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
	Nível II	Nível II
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	98.405	40.932
Empréstimos e financiamentos	24.574	25.696

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

26 Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

a. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

b. Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As dívidas da Companhia que estão inscritas na Recuperação Judicial, tem taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou Libor para dívidas estrangeiras quando aplicável

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade

Dado a característica de remuneração e as taxas de juros das classificações não é esperado nenhum efeito significativo no resultado da Companhia. Encontra-se a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Instrumentos financeiros não derivativos

Câmbio USD

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido - Cenários				
	II -25%	III -50%	Provável	II 25%	III 50%
Cotação do dólar	R\$ 4,4925	R\$ 2,9950	R\$ 5,9900	R\$ 7,4875	R\$ 8,9850
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	391.190	782.381	(52.847)	(391.190)	(782.381)
Fornecedores RJ	265.445	530.891	35.859	(265.445)	(530.891)
Empréstimos e financiamentos RJ	169.819	339.639	22.941	(169.819)	(339.639)
Contas a receber no exterior	(577)	(1.153)	(78)	577	1.153
Ganho (perda), líquido	825.877	1.651.758	5.875	(825.877)	(1.651.758)

Câmbio EUR

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido - Cenários				
	II -25%	III -50%	Provável	II 25%	III 50%
Cotação do euro	R\$ 5,0224	R\$ 3,3483	R\$ 6,6966	R\$ 8,3707	R\$ 10,0449
Financiamento de importação	825	1.650	-	(825)	(1.650)
Ganho (perda), líquido	825	1.650	-	(825)	(1.650)

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitiguem riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Importação em andamento (Nota 5) US\$ (19.066) mil (US\$ (4.185) mil em 31/12/2023)	Até 35 dias	(118.061)	(20.259)
Fornecedores no exterior (Nota 12) US\$ 280.295 mil (US\$ 180.165 mil em 31/12/2023)	Até 178 dias	1.735.672	1.031.775
Fornecedores – RJ US\$ 176.747 mil /€\$ 493 mil (US\$ 124.273 / €\$ 2.128 em 31/12/2023) (Nota 14)	Até o ano de 2045	1.097.639	751.394
Empréstimos e financiamentos – RJ US\$ 113.402 mil (US\$ 101.992 mil em 31/12/2023) (Nota 14)	Até o ano de 2045	<u>702.221</u>	<u>493.772</u>
		<u>3.417.471</u>	<u>2.256.682</u>
Contas a receber no exterior US\$ (385) mil (US\$(386) mil em 31/12/2023) (Nota 4)	Até 30 dias	<u>(2.387)</u>	<u>(1.869)</u>
Exposição líquida		<u>3.415.084</u>	<u>2.254.813</u>

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e conseqüente risco relevante às operações da Companhia. A Companhia opera com margem de custo de reposição, o custo dos produtos vendidos está em linha com os preços das matérias-primas em dólar norte americano e desta forma considera um “hedge” natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 363.153 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 40.932 em 31 de dezembro de 2023). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating Moody’s.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas podem ser avaliados mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	98.405	40.932
	<u>98.405</u>	<u>40.932</u>

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo head de finanças e controladoria juntamente com a gerência Financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de Um ano	Entre Um e Dois anos	Entre Dois e Vinte e Cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	24.574	-	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	94.734	-	400.371
Fornecedores	2.362.924	13.247	3.285
Fornecedores - RJ	101.539	-	793.370
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	83.975	-	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	25.696	-	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	49.577	-	308.234
Fornecedores	1.487.745	3.526	8.448
Fornecedores - RJ	52.527	-	625.078
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	92.141	-	-

e. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial – os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$5,9900/US\$ e R\$6,6966/EUR, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC), observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2024, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros – manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varia de acordo com os percentuais abaixo indicados.

f. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

27 Eventos subsequentes

Restituição de Tributos Federais

Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu depósitos bancários referentes à restituição do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) dos exercícios de 2012 e 2022, além da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício de 2022. O valor total restituído foi de R\$ 85.605, que foi creditado na conta corrente da Companhia. Esse montante fortalecerá a liquidez imediata e será destinado ao reforço do capital de giro no curto prazo.

* * *

Composição da Diretoria

Gustavo Bastide Horbach
Diretor Presidente

Fausto Pereira Goveia
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Responsável Técnico

Robson Cordeiro Ferreira de Freitas
Contador CRC SP-296422/O-9



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE
O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Na qualidade de Diretores da Fertilizantes Heringer S.A., declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Gustavo Bastide Horbach
Diretor Presidente

Fausto Pereira Goveia
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Fabio Canfora
Diretor Comercial

Augusto Cesar Gomes De Oliveira
Diretor de Operações



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria não estatutário da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”), reunido com representantes da Companhia e da KPMG Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia, examinou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes da Companhia (“Demonstrações Financeiras”). Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, preparado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., o Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia recomendou, por unanimidade e sem ressalvas, ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação de referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 24 de Março de 2025.

Flávio Cesar Maia Luz
Coordenador e membro efetivo

José Roberto Lopes
Membro Efetivo

Leomir Pereira dos Santos
Membro Efetivo

Alexandre Yoití Fujimoto
Membro Efetivo



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Apresentação e Histórico

O Comitê de Auditoria Não Estatutário (“Comitê”) da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”) é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, cuja instalação está prevista no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Novo Mercado”, respectivamente) e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, o Comitê é composto por 4 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis e do Estatuto Social.

O Comitê foi instalado pelo Conselho de Administração em 2023 e é composto dos seguintes membros: Sr. Flávio César Maia Luz, como Coordenador do Comitê (conselheiro independente), Sr. Leomir Pereira dos Santos e Sr. José Roberto Lopes (contador com experiência em contabilidade societária) e sr. Alexandre Yoiti Fujimoto (conselheiro independente), como membros do Comitê.

Os Srs. Flávio César Maia Luz, Leomir Pereira dos Santos e José Roberto Lopes foram eleitos em Reunião do Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, enquanto o Sr. Alexandre Yoiti Fujimoto foi eleito em Reunião do Conselho de Administração em 22 de novembro de 2024.

De acordo com a estrutura de governança da Companhia, evidenciada em seu Estatuto Social, políticas e regimentos internos, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e a eventual contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme as normas vigentes. Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") devidamente reportados ao mercado e à CVM. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta adequadamente a opinião dos Auditores Independentes, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Atividades exercidas em 2024

Nos termos do artigo 11 do Regimento Interno do Comitê, suas reuniões ordinárias devem ser realizadas, no mínimo, a cada três meses. Neste sentido, ele se reuniu 7 (sete) vezes no período entre janeiro de 2024 a dezembro de 2024.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais foram assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período entre janeiro de 2024 a dezembro de 2024 foram:

- (a) aprovação do cronograma de atividades do Comitê de Auditoria para o exercício social de 2024;
- (b) aprovação da emissão do relatório anual resumido de atividades, e exame e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (c) recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca da contratação da empresa de auditoria independente da Companhia para o exercício social encerrado em 31/12/2024;
- (d) apreciar as demonstrações financeiras trimestrais relativas aos períodos encerrados em 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024 e 30 de setembro de 2024;
- (e) apreciar a atualização de informações referentes às denúncias e respectivas investigações pela Companhia;
- (f) encerramento da operação de mistura da Unidade de Catalão da Companhia;
- (g) revisão acerca de celebração de contrato com parte relacionada entre a Companhia e Fertilizantes Tocantins S.A. (“FTO”), para a prestação de serviços de industrialização de produtos da Companhia pela FTO, a ser executado na Unidade de Catalão/GO da FTO;
- (h) análise dos controles internos da Companhia: processos de estruturação internas de equipes de controles internos, (ii) a revisão dos acessos no SAP durante novembro, (iii) a revisão de processos dos ciclos de Receitas, Créditos, Contas a Receber e Compras e (iv) status de follow-up dos pontos da Carta de Controles levantados pelos auditores independentes KPMG;
- (i) apreciar o plano de trabalho apresentado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. para o encerramento do exercício de 2024;
- (j) apreciar e discutir acerca dos riscos mapeados pela Companhia até então que devem compor a matriz de risco da Companhia;
- (k) apreciar a atualização acerca dos trabalhos realizados pela consultoria prestadora de serviços de auditoria interna da Companhia;
- (l) analisar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2024 e apreciar os trabalhos realizados pela auditoria independente da Companhia.

Conclusões sobre as Demonstrações Financeiras

Com base nos exames efetuados sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrados em 31/12/2024 e considerando o relatório sem ressalvas apresentado na presente data pela KPMG Auditores Independentes Ltda., o Comitê de Auditoria não Estatutário da Companhia recomenda, por unanimidade, ao Conselho de Administração da Companhia, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório da Administração.

Paulínia, 24 de março de 2025.

Flávio Cesar Maia Luz
Coordenador e membro efetivo

José Roberto Lopes
Membro Efetivo

Leomir Pereira dos Santos
Membro Efetivo

Alexandre Yoiti Fujimoto
Membro Efetivo